

LUIZA ALYNE DE MENEZES CORDEIRO

**ESTABILIDADE ECONÔMICA E GLOBALIZAÇÃO:
AMEAÇAS E OPORTUNIDADES AO BRASIL E ÀS
SUAS EMPRESAS**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de Especialista no Curso de Pós-Graduação em Gestão de Negócios 2003.

Orientador: Vicente Pacheco.

**CURITIBA - PR
2004**

“Esta monografia é dedicada aos meus pais, Arildo e Graciana, ao meu marido José Loureiro, aos meus filhos, minha Família, cuja paciência e amor ajudaram-me nos momentos difíceis”.

**“Ao Professor: Vicente Pacheco
coordenador do nosso curso, pela
seriedade, empenho e humildade
e o fino trato com que nos
distinguiu e ensinou.**

**A todos os outros mestres, pela
paciência e compreensão com
que nos ajudaram a aprender.**

**A todos os colegas, pela
convivência alegre, sadia,
solidária e amiga”.**

RESUMO

CORDEIRO, Luiza Alyne de Menezes. ESTABILIDADE ECONÔMICA E GLOBALIZAÇÃO: AMEAÇAS E OPORTUNIDADES AO BRASIL E ÀS SUAS EMPRESAS. Essa monografia tem como objetivo mostrar que a relativa **estabilidade** da economia brasileira, conseguida com a implantação do **Plano Real**, e a abertura do nosso mercado interno à concorrência externa de um sistema produtivo globalizado, criou uma nova realidade de atuação no ambiente econômico que abre um imenso horizonte de **oportunidades**, mas traz também **ameaças** ao país e às empresas. A **Globalização** das operações financeiras e a tendência mundial das trocas comerciais de se tornarem cada vez mais rápidas ao redor do mundo, estão modificando a lógica de investir e produzir, trazendo conseqüências para a forma de administração das empresas e dos governos. Os governos já não são a locomotiva do desenvolvimento, em razão da falta de recursos para investir e também porque mudou a equação de poder, onde hoje os governos é que cortejam as grandes corporações com o seu enorme poder de investir. As empresas brasileiras, por sua vez, vêem-se diante de um novo desafio: concorrer com enormes corporações internacionais com um enfoque de produção que visa o menor custo a nível mundial e que vão buscar esse custo onde ele estiver através do **suprimento global**. Essa lógica de produção pressiona as empresas nacionais a se adaptarem ao novo cenário internacional, e a buscar novas alternativas de investimento externo com a formação de **parcerias** com empresas externas. O caminho que leva o Brasil e as suas empresas a se adaptarem ao processo de **globalização econômica** é longo e penoso, em virtude da carência de vários fatores que nos tornam frágeis diante do ambiente externo: falta de capital para investimento; cultura de administração familiar das empresas, com baixo índice de profissionalização; inexperiência de vender para o mercado externo e, pouco uso das ferramentas administrativas modernas, necessárias para tornar as empresas mais ágeis e dinâmicas para interagir em um cenário cada vez mais incerto. A análise desse processo de inserção do Brasil em um ambiente de **estabilidade e globalização**, que tantas mudanças introduziram em nosso dia a dia, e as conseqüências na vida de todos nós, são os objetivos do nosso trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1. ESTABILIDADE ECONÔMICA BRASILEIRA	8
1.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS	8
1.2 PLANO REAL – MAIS UMA TENTATIVA.....	9
1.3 ANÁLISE DO PLANO REAL.....	11
1.4 EFEITOS POSITIVOS.....	13
1.5 EFEITOS NEGATIVOS	14
2 GLOBALIZAÇÃO	16
2.1 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS	16
2.2 A LÓGICA CAPITALISTA EM UM SISTEMA DE PRODUÇÃO GLOBALIZADO	17
2.3 CONSEQÜÊNCIAS DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA.....	18
<i>No governo</i>	<i>18</i>
<i>Nas empresas.....</i>	<i>20</i>
<i>Nas pessoas.....</i>	<i>22</i>
3 AMEAÇAS E OPORTUNIDADES ÀS EMPRESAS BRASILEIRAS	24
4 AJUSTES DAS EMPRESAS A UM NOVO CENÁRIO DE PRODUÇÃO EM ESCALA MUNDIAL	28
4.1 APRENDER A OLHAR ALÉM DO HORIZONTE	28
4.2 VALORIZAR A FUNÇÃO DE PLANEJAMENTO	29
4.3 TREINAR E VALORIZAR OS SEUS RECURSOS HUMANOS.....	30
4.4 INCORPORAR TECNOLOGIA DE PONTA NA PRODUÇÃO.....	31
4.5 PLANEJAR CUSTOS DE PRODUÇÃO	32
4.6 AUMENTAR ESCALA DE PRODUÇÃO	33
CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39

INTRODUÇÃO

A maior preocupação de todos os que trabalham e produzem na economia brasileira é com a ação simultânea exercida por duas variáveis introduzidas no sistema econômico, e que estão afetando todos os setores de atividades que o compõem.

O Plano Real e a Globalização econômica vieram modificar o comportamento dos agentes econômicos à medida que os colocam diante de uma nova realidade diferente e mutável a cada instante.

O Plano Real veio para estancar um processo inflacionário que vinha se reproduzindo há bastante tempo sem uma solução duradoura. Algumas tentativas foram feitas no passado sem obter êxito, pois as condições econômicas eram precárias, com baixas reservas cambiais, insuficientes para combater a especulação financeira através da administração do valor da moeda, e, às vezes, também, faltava vontade política para manter os fundamentos dos diversos planos adotados, sem contar os erros iniciais cometidos: confiscos, mudanças de contratos, tablitas, médias, enfim uma variedade de artifícios que no fim levou ao fracasso de todos os planos anteriores: Plano Cruzado (fev/1986), Plano Bresser (jun/1987), Plano Verão (jan/1989), Plano Collor I (março/1990) e Plano Collor II (fev/1991).

O novo plano implantado em 01/07/94, com a criação da moeda chamada REAL, chegou com melhores condições macroeconômicas: maiores reservas cambiais, comércio exterior mais livre, maior vontade política e tem sido administrado corretamente, no âmbito daquilo que é seu objetivo principal: estabilização dos preços, apesar da redução da atividade econômica no período de execução do plano. Ao longo desse período de vigência do Plano Real tem havido alguns transtornos e erros, principalmente na administração da taxa de câmbio fixa até janeiro de 1999, que exigiu uma alta taxa de juros oferecidas pelo Banco Central para a atração de capitais externos, causando o aumento vertiginoso da dívida interna e dificuldades de crescimento das empresas com o alto custo

financeiro e o aumento dos impostos, causando um desemprego endêmico até hoje, dez anos após a sua implantação. É o preço que se está pagando pela manutenção da estabilidade dos preços. O enorme aumento da dívida tem gerado uma enorme dificuldade de gerenciamento das necessidades do governo, face a exigência do FMI de serem gerados superávits orçamentários, originando um desfalque nos investimentos públicos necessários na infra-estrutura do país: estradas, energia, portos, que estão causando um verdadeiro gargalo para o nosso crescimento, principalmente desde o ano passado em que as exportações estão crescendo muito e exigindo um acompanhamento de crescimento dessa estrutura, sob pena de não podermos ter um crescimento continuado, tão indispensável e urgente para absorver o enorme contingente de desempregados que cresce a cada ano.

A Globalização Econômica, por outro lado, auxiliada pela velocidade das transações mundiais (financeiras e comerciais), facilitada pelas modernas redes de comunicação interligadas no mundo todo, está modificando a uma velocidade ainda maior o comportamento dos agentes econômicos para acompanharem a instabilidade ambiental causada por essa variável econômica externa.

Essa radical alteração ambiental, causada pelo Plano Real e pela Globalização Econômica, permite novas oportunidades e traz, também, ameaças ao país e às empresas, que precisarão se adaptarem rapidamente aos novos tempos de incertezas e riscos crescentes, trazidos pelos ventos das mudanças que ocorrem a uma velocidade cada dia maior, impulsionada pela moderna tecnologia da informação.

A análise e o resultado atual dessas mudanças sobre a economia brasileira será realizada através do estudo do Plano Real, sua consistência básica e efeitos, e o impacto da Globalização Econômica sobre o nosso sistema econômico, e os ajustes dos seus agentes para se integrarem a um novo mundo que se cria.

1. ESTABILIDADE ECONÔMICA BRASILEIRA

1.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A busca da estabilidade econômica brasileira é um processo que vem sendo tentado há quase 20 (vinte) anos. O acirramento da inflação durante o governo do presidente José Sarney desencadeou, a partir de fevereiro de 1986, com o Plano Cruzado, uma série de tentativas para baixá-la e mantê-la em níveis civilizados (até 10% ao ano).

O diagnóstico errado, a implementação incorreta das políticas monetária e cambial, aliados à falta de vontade política para manter o equilíbrio dos custos públicos, não permitiu que se conseguisse a tão almejada estabilidade nas primeiras tentativas.

Depois do Plano Cruzado em fevereiro de 1986, vieram o Plano Bresser em junho de 1987, o Plano Verão em janeiro de 1989, e os Planos Collor I e II em março de 1990 e fevereiro de 1991, respectivamente.

Infelizmente, nenhum deles teve êxito duradouro; mas apenas conquistas efêmeras à custa de inflação reprimida, congelamento de preços e salários, confiscos monetários e outras ações de política monetária e cambial incorretas que contribuíram para o desequilíbrio da oferta X demanda nacional e desajustes nas contas externas, pela fixação de uma taxa de câmbio que atendia não ao mercado mas a interesses políticos que a tornavam artificial e irreal.

O próprio governo não acreditando nos seus próprios planos, tratava logo de providenciar uma série de mecanismos indexadores, moedas paralelas, que o protegia de sua própria moeda.

Esse ciclo de índices indexadores degradou a moeda de tal forma que ninguém queria ter em mãos uma que chegou a desvalorizar em alguns períodos 2% (dois) ao dia.

E o cúmulo do paradoxo se dá quando Mário Henrique Simonsen

constata que "O Brasil é único país do mundo em que o governo oferece aos mais variados segmentos da sociedade proteção contra a moeda que ele próprio emite".

A generalizada indexação, a excessiva regulamentação engessando a economia, forneciam o combustível para a continuação do processo sedimentando em nossa cultura uma memória inflacionária que dificultava o seu combate.

A inércia inflacionária formada por esse conjunto de fatores, realimentava o processo transferindo para o mês seguinte a inflação do mês anterior, e assim por diante, chegando-se a uma situação que os próprios instrumentos de política monetária utilizados pelo governo não faziam o efeito desejado (aumento dos juros, compra e venda de títulos do governo, política de crédito, etc.).

Qualquer plano econômico que visasse, daí em diante, resgatar o valor da nossa moeda e restabelecer a estabilidade de preços, teria que desregular a indexação, apagar a memória inflacionária, usar corretamente a política monetária, fiscal, patrimonial e cambial, numa sintonia fina, que procurasse acertar nos que os outros planos erraram.

1.2 PLANO REAL – MAIS UMA TENTATIVA

Após a desilusão causada pelo fracasso de todos os planos anteriores, havia um ceticismo, um pessimismo geral em relação ao ajuste da economia. Tanto interna como externamente o ambiente para o lançamento de mais um plano era ruim. O descrédito do governo era a moeda corrente. A proximidade das eleições de outubro de 1994 lançava nuvens de suspeita sobre as reais intenções do governo. Seria mais um estelionato eleitoral, diziam os críticos.

Mesmo diante das fortes reações políticas contrárias, foi editado em fevereiro de 1994, o Plano Real, com o objetivo principal imediato de acabar

com o processo inflacionário, e, a longo prazo, estabilizar a economia.

Para alcançar o primeiro objetivo foi definida a utilização de três instrumentos: desindexação, âncora cambial e altos juros, aliados à abertura comercial como forma de inserir a indústria no comércio internacional, expondo-a à concorrência externa, dando-lhe um choque de competitividade, e ao mesmo tempo evitando o repasse automático de custos aos preços, prática costumeira anteriormente.

As empresas estatais, resistentes por natureza a qualquer mudança que ameaçasse os seus privilégios, teriam que se enquadrar em uma nova ordem econômica mundial, onde a produtividade e a eficiência seriam a base para a competição.

O repasse automático de um índice geral de preços afetado por, entre outras coisas, pelos preços dos produtos agrícolas, não fazia mais sentido. Segundo Simonsen, "preços e tarifas devem ser corrigidos pelos aumentos de custos, descontados os ganhos de produtividade". Essa é a regra do mercado, e fora dela não há como competir.

O processo de desindexação de uma economia viciada em inflação, tem sido feita de forma lenta e gradual, respeitando-se os contratos e a lógica do mercado. Não há muito que inventar nessa área, apenas ser firme e seguro nas decisões e transmitir confiança à sociedade no sentido de que as regras serão mantidas e que o rumo traçado é definitivo. Somente dessa maneira os agentes econômicos terão condições de planejar a longo prazo e se arriscarão a investir novamente.

O segundo instrumento utilizado no Plano Real para a derrubada da inflação é a âncora cambial. Com o preço da moeda estável, a abertura do mercado ao comércio mundial, e uma grande reserva de divisas nos cofres do Banco Central, tornou-se quase impossível elevar os preços internos, acima dos preços do mercado internacional, impunemente. Qualquer tentativa nesse sentido sofre de imediato a concorrência do produto importado. Essa tem sido uma grande barreira à especulação, ao desabastecimento de produtos essenciais, à cobrança de ágio, fatos comuns nos planos anteriores e ao aumento dos preços dos monopólios e

oligopólios, que nunca tiveram a menor preocupação com o controle de seus preços, confiantes na reserva de mercado que detinham, fruto da alta tarifa alfandegária cobrada dos produtos importados.

O terceiro elemento principal do Plano utilizado no combate à inflação são os juros. Escaldado com o que ocorreu nos planos anteriores, em que a demanda interna cresceu rapidamente sem a contrapartida na oferta, os mentores do Plano Real investiram nos altos juros como forma de inibir o consumo e garantir o equilíbrio do mercado, evitando-se pressões de demanda sobre os preços. O excesso de demanda poderia ser atendido pelo mercado externo, mas essa opção aumentaria as importações e em consequência traria problemas para o balanço de pagamentos.

Além de reduzir a demanda interna, deixando um excedente de produção exportável, a política de altos juros atrai investimentos externos de curto prazo, cujos capitais voláteis percorrem o mundo à procura do maior ganho, usufruindo do diferencial de juros interno, aumentando as reservas cambiais no Banco Central e dando um maior poder para a arbitragem da taxa de câmbio e resistir a ataques especulativos sobre o Real.

Apesar do êxito na queda rápida da inflação, houve uma preocupação com os efeitos colaterais destes dois últimos instrumentos que, eficazes no curto prazo, tem o seu limite de utilização, comprovando-se com o tempo que o maior erro do Plano foi manter o câmbio fixo, tendo que se manter uma alta taxa de juros para atrair dólares do exterior, gerando essa enorme dívida interna que torna difícil qualquer administração monetária pelo Banco Central, mesmo estando o governo tentando diminuí-la às custas de um enorme esforço fiscal, que gera superávits orçamentário, em detrimento dos investimentos estruturais que se fazem necessários para uma economia que quer crescer com consistência.

1.3 ANÁLISE DO PLANO REAL

O Plano Real completou em 01/07/2004 dez anos de vigência. O

objetivo principal e imediato foi a queda e o controle da inflação, através da adoção de três instrumentos de política econômica: desindexação, âncora cambial e altos juros. Além disso foram utilizadas medidas complementares de restrição ao crédito, contração da base monetária com recolhimento de depósitos compulsórios sobre depósitos em conta corrente e operações financeiras, aumento do IOF e redução de tarifas alfandegárias, para facilitar a entrada de produtos importados e inibir aumentos de preços especulativos. O controle da demanda e o equilíbrio de mercado tem sido uma preocupação constante, em razão dos erros cometidos no passado pelos planos anteriores, onde o súbito aumento do consumo causou desabastecimento e cobrança de ágio, em virtude da impossibilidade de aumentar a produção no curto prazo e de importar o excesso de demanda pela falta de reservas cambiais suficientes para a importação necessária para reequilibrar o mercado.

Fazendo-se uma crítica aos resultados alcançados até agora, a conclusão é favorável ao Plano Real naqueles objetivos propostos para serem realizados no curto prazo. A queda repentina da inflação anual medida pelo INPC baixou de mais de 11.000%, antes do Plano Real, para cerca de 7%, previsão para o ano de 2004. O processo inflacionário foi contido e está sob controle.

Os objetivos de longo prazo são mais ambiciosos e precisam de um esforço maior de toda a sociedade para a sua realização. A estabilidade definitiva com crescimento econômico, meta maior do Plano, ainda não está assegurada. Há riscos e obstáculos a serem superados.

A adoção do Sistema de Câmbio Flutuante no começo de 1999, veio consertar um erro inicial de engessamento do câmbio sustentado pela política monetária de altos juros adotada pelo Banco Central, para a captação de divisas externas via investimentos, tem dado uma sobrevida ao Plano Real, inibindo a Importação de produtos supérfluos e incentivando mais a Exportação pela prática de uma taxa de câmbio mais próxima da realidade de mercado.

Do lado dos juros, a política monetária adotada foi a de não repetir os

erros cometidos no passado pelos planos anteriores, quando os juros ficaram artificialmente baixos, incentivando um aumento exagerado e repentino do consumo, desequilibrando o mercado e favorecendo a especulação com o baixo custo de estocagem de produtos.

A arbitragem de altos juros fixados pelo Banco Central permite a administração e o controle de variáveis macroeconômicas importantes, como demanda interna, déficit público, dívida interna, investimentos externos e expansão econômica.

A dívida interna, gerada pelos déficits públicos, é financiada com recursos privados, com a venda de títulos pelo Banco Central, que ao fixar a remuneração desses títulos sinaliza a taxa de juros para o mercado. Como o Governo precisa dessa poupança complementar para continuar financiando essa dívida, ele usa os altos juros como um imã atraindo os investimentos.

Por outro lado, essa política atende ao interesse do governo de modular o ritmo de crescimento da economia e atrair investimentos externos com o diferencial de juros interno. É um instrumento forte que está sendo utilizado como remédio preventivo para combater a especulação, inibir o consumo e corrigir a falta de outra medida que ajudasse na administração do Plano. É a única arma disponível no momento para esse fim, mas a sua utilização tem se tornado um veneno recessivo, com a alta dosagem sendo aplicada até hoje. É uma armadilha em que se meteu o Governo: precisa baixar os juros para incentivar a produção e o consumo, mas se o fizer na dose errada pode favorecer um estouro do consumo e trazer de volta a inflação, pela dificuldade em se aumentar rapidamente os níveis de produção em virtude do longo jejum de investimentos na área industrial.

1.4 EFEITOS POSITIVOS

O resultado mais importante do Plano Real é o combate à inflação, que caiu de 11.161% ao ano, para cerca de 7% ao ano.

A cesta básica durante os anos de vigência do Plano Real, subiu em torno de 130%, estando hoje, em termos relativos mais ou menos no mesmo patamar de 1994.

Os assalariados tiveram um aumento real de renda no início, mas algumas categorias menos organizadas vêm perdendo renda ao longo do período do Plano.

A estabilidade da moeda manteve a base de cálculo dos impostos intacta permitindo um ganho de arrecadação recorde.

1.5 EFEITOS NEGATIVOS

O Plano Real foi elaborado visando atingir dois objetivos principais a serem realizados em duas fases. A fase inicial foi a de combate à inflação e estabilidade da moeda e a segunda fase é a de consolidação do Plano através das reformas constitucionais e das privatizações das estatais, dando suporte para o crescimento auto-sustentado da economia.

A primeira fase teve pleno sucesso, gozando o país até hoje de uma estabilidade monetária que surpreende pela persistência em que os governos tem procurado mantê-la sob controle, em virtude da falta de continuidade de que padecemos na execução das políticas públicas. A segunda fase foi diminuir o tamanho do Estado através da venda de empresas estatais que não fossem vinculadas ao objetivo maior do Estado e fazer as reformas constitucionais necessárias para a estabilização do déficit público. Muito já foi feito, mas ainda restam muitos focos de déficits a ser debelados.

1.6 COMO MANTER A ESTABILIDADE

A segunda fase do Plano, com a consolidação da estabilidade da

moeda e o crescimento econômico auto-sustentado, ainda não foi completada, ainda há muito a equacionar e colocar sob controle: continuar reduzindo o tamanho do Estado, aumentar a base tributária, reduzindo o alto custo tributário cobrado das empresas, reduzir o custo Brasil, com a recuperação das estradas, dos portos e procurar alongar o perfil da dívida interna, oferecendo benefícios para as aplicações a médio e curto prazo, com alíquotas de imposto menores, incentivando a poupança de longo prazo, tão carente no país, além de estabelecer marcos regulatórios para motivar o investimento de longo prazo das empresas, garantindo a segurança jurídica dos contratos, condição indispensável para criar uma atmosfera propícia ao crescimento econômico de longo prazo.

O próprio BIS-Bank of International Settlements - uma espécie de banco central dos bancos centrais, faz sua crítica à política econômica brasileira, ao afirmar "que o sucesso do real não pode repousar apenas na manutenção de juros elevados, mas também requer disciplina fiscal e investimentos em áreas estratégicas para o desenvolvimento". Os críticos são cada vez mais fortes e contundentes, dando uma indicação de que nem tudo está tão bem. A estabilidade mantida à custa dos altos juros e recessão criou uma armadilha difícil de sair, pois se os juros caírem ao nível que deseja o mercado pode estimular o consumo e aumentar a inflação, então ainda não se encontrou uma maneira de sair desse dilema: Inflação Baixa X Crescimento Econômico.

2 GLOBALIZAÇÃO

2.1 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS

A Globalização é um processo de características econômicas, movimentado pelo sistema capitalista de produção, que interliga o mundo através da informação instantânea, ajudando às empresas a tomarem a melhor decisão possível, de maneira rápida e eficaz. É um processo onde na luta pela concorrência selvagem do comércio internacional quem dispor das informações e souber utilizá-las com competência, vence.

Sempre houve o comércio entre os povos, desde os tempos pré-históricos, mas esse sistema de trocas evoluía lentamente, sendo impulsionado, em alguns momentos, por invenções que aumentavam rapidamente a produção, como a máquina a vapor, na virada do século XVIII para o XIX, que provocou um grande choque de aceleração produtiva. Além do processo produtivo, os meios de transportes e comunicações, também se desenvolviam lentamente. Portanto, pode se dizer, que a globalização sempre foi buscada pelo sistema capitalista de produção, porque ela representa a vitória absoluta do racionalismo econômico.

A Globalização atual é um processo avassalador, originado de uma aceleração capitalista, que atingiu, em termos relativos ao passado, a velocidade da luz. O modo de produção novo, os transportes e comunicações utilizando tecnologias modernas, as redes de computadores espalhadas ao redor do mundo, fornecendo informações instantâneas aos usuários, sobre tudo o que ocorre em qualquer lugar do planeta, dá ao processo uma característica de entrelaçamento econômico entre as nações, onde as rápidas decisões tomadas em seu âmbito podem trazer soluções e riquezas para os países atingidos, mas também podem causar dor.

O sistema de informações à disposição dos empreendedores tornou as distâncias irrelevantes para as operações empresariais. O produtor vai comprar a matéria-prima em qualquer lugar do mundo onde ela seja melhor e mais barata. Instala a fábrica onde a mão-de-obra seja mais barata e vende o produto no mundo inteiro.

Há um aumento vertiginoso das transações financeiras, cujas operações diárias chegam a um montante entre 2 e 3 trilhões de dólares. Dinheiro que percorre o mundo em busca de melhor rendimento e maior estabilidade.

2.2 A LÓGICA CAPITALISTA EM UM SISTEMA DE PRODUÇÃO GLOBALIZADO

Em um sistema capitalista de produção todas as empresas procuram obter um resultado econômico que seja superior ao sacrifício de ativos para obtê-lo. As decisões empresariais, nesse sentido, visam sempre maximizar a riqueza da organização, através da realização de lucros, no curto e no longo prazo. Essa é a teoria lógica, racional do sistema capitalista. Com base nela é que o investidor vê o mundo e toma as decisões de aplicar os seus recursos em um projeto A ou B. Aquele que tiver o retorno maior, no menor tempo, deverá ser o escolhido.

A liberdade de investimentos da empresa movimenta os recursos financeiros mundiais, e os impulsionam às melhores oportunidades de mercado.

Os países emergentes, como o Brasil, que conseguirem atrair esse fluxo de capitais, cujo montante diário gira em torno de 2 a 3 trilhões de dólares, terão uma vantagem competitiva em relação aos demais, porque se integrarão mais rapidamente ao mercado mundial, fornecendo à economia uma escala de produção globalizada.

Nesse sentido, as estratégias empresariais de produção em um horizonte global, visam fornecedores em escala mundial, tornando cruciais inter-relações dentre e entre empresas e fluxos contínuos de informações sobre as condições comparativas de todos os mercados. Participar dessa produção globalizada exige competência empresarial e ambientes macroeconômicos que tornam muito restrito o número de empresas e países aptos a fazê-la.

A abertura do mercado internacional sinaliza uma nova ordem econômica para os países e empresas. Diminuir custos e desperdícios deve ser a preocupação principal das empresas, que não poderão mais contar com uma reserva de mercado interna, protegida por uma barreira tarifária.

Essa nova situação de concorrência internacional exige uma nova lógica, um novo perfil de produção industrial. Hoje, não só as empresas podem ser globalizadas, mas os seus produtos também podem sê-lo. Ou seja: produtos finais montados com partes e componentes, cada vez mais espalhados pelo mundo. É a nova lógica do modelo capitalista: investir e produzir no país onde os custos de produção forem menores. É a exportação de empregos dos países de alto custo para aquele onde a legislação trabalhista é flexível e adaptada ao movimento rápido das operações globalizadas.

2.3 CONSEQÜÊNCIAS DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA

No governo

No passado, o governo comandava o processo de desenvolvimento econômico, tomando as grandes decisões, direcionando os investimentos industriais, através da criação de infra-estrutura básica: comunicações, transportes e energia necessária ao processo de crescimento da economia do país. A redução de empréstimos dos organismos e bancos internacionais

- o endividamento originado pela aplicação de recursos no passado, nessas áreas vitais, e o déficit orçamentário crônico, não permitem mais ao governo continuar comandando o processo, investindo em infra-estrutura no nível e no ritmo em que a economia precisa crescer para absorver o contingente de desempregados que tem aumentado sistematicamente no período de aplicação do Plano Real, bem como aqueles que chegam todo ano ao mercado de trabalho.

A Globalização inverteu a equação do poder de decidir é investir. Ontem, as empresas corriam atrás do governo. Hoje o governo é que corre atrás das empresas oferecendo incentivos e subsídios, estabelecendo uma luta entre estados e países para quem dá mais para que as empresas invistam no local de seu interesse. E elas o fazem onde houver as maiores vantagens.

É a concorrência ditada pela globalização econômica e, nesse processo, cada um precisa se ajustar para ser competitivo numa economia com produção em escala global. O custo de produção é o parâmetro, é a base principal de decisão de investimento das empresas, e o custo do país em análise é fundamental. O governo precisa encarar a nova realidade e rever, como vem tentando fazer ao longo do tempo reformas constitucionais que permitam diminuir o Custo Brasil, dando ao país melhores condições de competir no mercado internacional.

A nova regra precisa ser cumprida, e quem não o fizer ficará marginalizado no comércio mundial, podendo, por isso, comprometer o seu crescimento econômico futuro.

As perspectivas dos que não integrarem a economia globalizada não são favoráveis, e a distância entre os países que fazem isso e os que se isolam continuará aumentando, porque o comércio internacional se expande bem mais que o conjunto das economias nacionais (9% contra 2,90% - média dos anos 90).

Mesmo os países que procuram se ajustar e se integrar ao novo cenário econômico mundial, seguindo à risca a teoria neoliberal (privatizações de estatais, ajuste financeiro do Estado e comércio exterior livre), correm o risco do insucesso, como o México que foi à falência em dezembro de 1994 e a Rússia em 1998.

A instabilidade gerada pela rápida mudança nos fluxos financeiros e comerciais exige uma adaptação constante ao ambiente.

A tendência atual, como meio de proteção á essas oscilações econômicas mundiais, é a formação de blocos econômicos, através da criação de uma zona de livre comércio entre os parceiros que o compõem.

O Brasil participa atualmente, juntamente com o Uruguai, Paraguai e Argentina, de um desses blocos: O Mercosul - criado para integrar a economia desses países, dinamizando o comércio do mercado comum, explorando em maior escala as vantagens competitivas individuais e aumentando o poder competitivo com os outros países fora do bloco.

São mudanças profundas que acontecem rapidamente no cenário internacional, e o Brasil precisa ser ágil e criativo na sua adaptação ao novo ambiente, pois a era é de risco crescente e quem não for competente perde a oportunidade de acompanhar o ritmo de desenvolvimento econômico mundial.

Nas empresas

A Globalização econômica trouxe sérias dificuldades para a economia brasileira. A liberação do mercado interno à concorrência internacional colocou as nossas empresas, não acostumadas e nem preparadas para atuar no exterior, com poucos exceções, diante de competidores poderosos, que já atuam em um sistema globalizado de produção com desenvoltura, em uma difícil empreitada: adaptar-se ao novo cenário de concorrência externa

ou desaparecer do mercado.

Em alguns setores da economia tem sido um verdadeiro massacre, essa concorrência externa. Brinquedos e têxteis reclamaram tanto que receberam uma proteção tarifária para se defenderem das importações da China e dos tigres asiáticos.

O setor de autopeças é um dos mais visados ao ataque das grandes empresas externas do ramo.

Sendo uma área de produção onde há o maior Suprimento Global, em razão da criação pelas montadoras de carros mundiais, que favorecem economias de escala, as empresas de autopeças são fortemente assediadas para que transfiram o seu controle acionário, expulsando do mercado as indústrias nacionais.

Diante dessa realidade, os empresários do setor preferem alianças estratégicas que não resultem em mudanças na estrutura acionária, conforme pesquisa feita pelo SINDIPEÇAS - Sindicato da Indústria de Autopeças.

São conseqüências de uma revolução capitalista que atinge todo o mundo industrializado, cuja lógica de produção é a do menor custo, como já era no passado, só que hoje a opção de suprimentos é global, e a empresa vai buscar o produto onde ele for melhor e mais barato.

Citamos os setores de brinquedos, têxteis e de autopeças, como exemplo do que pode acontecer a outros setores no futuro caso o governo não tome alguma providência para desmontar seis problemas que inviabilizam a possibilidade da empresa brasileira competir com a externa: taxa de juros alta, falta de financiamento, baixo investimento, estrutura precária de energia e de transportes, (estradas rodoviárias, ferroviárias, portos) e o alto custo tributário incidentes sobre as empresas.

Não é correto um país como o Brasil abrir o seu mercado interno sem

nenhum critério, sem uma política industrial definida, deixando a empresa brasileira entregue à sua própria sorte.

Consideramos correta e salutar a competição, ela é indispensável em um mundo globalizado, mas quando há igualdade de condições para os competidores, porque caso contrário vira injustiça.

Nas pessoas

A Globalização é um processo econômico que vem derrubando barreiras ideológicas, desconhecendo fronteiras e nacionalidades através do entrelaçamento dos interesses comerciais e financeiros dos países.

Esse movimento capitalista mundial vem envolvendo a todos em um modo de produção em que as pessoas funcionam como peça de uma engrenagem que são substituídas sempre que o seu custo é superior ao custo do mercado.

O emprego, em função desse movimento de buscar o menor custo de mão-de-obra, tem sido uma instituição duramente atingida, chegando o desemprego em alguns países da Europa, a níveis catastróficos - 20% na Espanha.

A pressão sobre o emprego tem sido maior nos países onde são altos os custos dos salários e dos sistemas de produção social, como na Europa.

Há uma tendência mundial de acabar as garantias sociais do emprego e consagrar a concepção americana de flexibilidade e mobilidade - tese aprovada em reunião do G-7 (Grupo dos Sete países mais industrializados - EUA, Japão, Canadá, França, Alemanha, Itália e Grã-Bretanha).

Os EUA mostram que a sua tese flexível de emprego é a correta, pois conseguiram criar oito milhões de empregos em três anos. Reconheceu-se nessa reunião, a relação entre flexibilidade e aumento da oferta de emprego.

A desregulamentação do trabalho, a insegurança social são temas que passarão a ser discutidos com mais frequência, daqui em diante, com o sistema econômico forçando o governo a acabar as garantias sociais e a

rigidez do trabalho formal, em nome da competitividade das empresas.

No Brasil, emprego é uma instituição que tem sofrido nesses tempos de abertura comercial, globalização e estabilidade econômica. Setores mais sensíveis à concorrência externa tem reestruturado suas indústrias, reduzindo o emprego pela automação e pela reengenharia.

Os bancos, com a estabilidade monetária perderam os seus ganhos inflacionários e tem sido a área que mais tem demitido pessoal, com o fechamento de agências e automação.

O desemprego é, portanto, a consequência maior da globalização econômica, fato preocupante para um país que necessita criar três milhões de emprego por ano para incorporar a força de trabalho que chega todo ano no mercado.

Além dos ajustes feitos pelas empresas para aumentar a produtividade com o corte de pessoal, há a agravante no Brasil da desaceleração econômica, combinando-se os dois fatores para aumentar muito o nível de desemprego no país.

3 AMEAÇAS E OPORTUNIDADES ÀS EMPRESAS BRASILEIRAS

As empresas brasileiras conviveram durante muito tempo com um processo inflacionário persistente e realizaram as suas atividades em uma economia fechada, protegida por uma barreira tarifária, que transformava a nossa economia interna em uma reserva de mercado.

Nesse período, a referência de preços relativos foi perdida. A falta de contato com a concorrência acomodou as empresas, que se preocupavam mais em administrar os seus ativos financeiros do que as atividades operacionais. Não havia uma preocupação maior com custos, pois o mercado, sem opção, sancionava o repasse automático desses custos aos preços.

Era uma situação de extrema instabilidade monetária, onde o planejamento de custos de novos projetos, tornava-se muito difícil, e gastava-se muito tempo e energia na administração dos ativos, na tentativa de resguardar o patrimônio da ação inflacionária. Chegou-se ao absurdo das empresas em seus resultados, apresentarem maiores ganhos financeiros do que lucro operacional. Foi a completa inversão da atividade fim da entidade, que deixou de investir porque ganhava mais no mercado financeiro do que se investisse no negócio.

O advento do Plano Real deu um corte nesse processo e colocou a descoberto a verdade de cada empresa.

A queda violenta dos rendimentos financeiros abrigou as empresas a valorizar novamente a atividade fim, e redescobrir a sua missão. Os custos passaram a ter novamente importância na administração, que precisa reaprender a lidar com um mercado onde há concorrentes que produzem o mesmo produto, e que o diferencial de sobrevivência da empresa é a qualidade e o preço.

Além do Plano Real que estabilizou a inflação e, já modificou o ambiente operacional das empresas profundamente, o governo querendo

integrar a nossa economia ao resto do mundo, deu-lhes um choque de concorrência, promovendo a abertura comercial para gerar competitividade e controlar preços.

As empresas perderam a proteção da barreira tarifária e se viram de repente diante de uma ameaça real, com a facilidade de importação dos produtos que ela fabrica, a um preço menor.

Foi uma reviravolta de uma situação confortável de mercado, para de repente ter de competir com um concorrente, que diante das cinco forças que determinam a competição, leva vantagem pela própria amplitude de atuação e escala de produção.

O Poder de Barganha dos Fornecedores, Ameaça de Novas Empresas Externas, Rivalidade Entre Competidores Existentes (Veja o caso das Cervejarias onde a competição foi elevada a níveis de guerra), Ameaça de Novos Produtos ou Serviços e o Poder de Barganha dos Compradores compõe um novo cenário onde a empresa que não for flexível às mudanças, que não inovar no Planejamento Estratégico de Longo Prazo tende a desaparecer do ambiente de mercado.

Sendo o processo relativamente novo ainda não é possível medir o prejuízo que sofrerá a indústria nacional com a abertura comercial e a globalização econômica. Os setores mais sensíveis ao comércio exterior sofrerão mais.

A indústria de autopeças já vem sofrendo pressão externa, e aquela direcionada ao abastecimento das montadoras terão maiores dificuldade de sobrevivência, porque existe um Suprimento Global de peças que facilita a importação de qualquer lugar do mundo.

Outra dificuldade séria, que a indústria tem, são os altos juros praticados no Plano Real e dificuldades de acesso a financiamentos para expansão e capital de giro, dado que as nossas empresas não tem a cultura de abrir os seus capitais ao mercado de ações.

Os problemas a enfrentar ainda são muitos e , dentre eles, pode-se relacionar dez pontos frágeis da indústria brasileira:

1. Condições Macroeconômicas Desfavoráveis: Juros altos, insuficiência de

financiamentos do Sistema Financeiro Nacional direcionados para a produção;

2. Precariedade de infra-estrutura;
3. Ineficiência do aparato legal regulatório;
4. Perfil empresarial conservador e pouco profissional;
5. Resistência ao investimento em pesquisa e desenvolvimento;
6. Ausência de cooperação nas cadeias produtivas;

7. Relações capital/trabalho conflitivas;
8. Elevado Ônus Tributário;
9. Estrutura industrial defasada;
10. Extrema desigualdade na distribuição de renda.

Mas, nem só de ameaças à sua integridade vive a indústria brasileira. A globalização econômica trouxe também novas esperanças, novos horizontes a serem explorados. As oportunidades que virão são muitas e quem souber aproveitá-las sairá na frente e terá mais chance de crescer e se manter no mercado no futuro.

O certo é que as empresas para enfrentar as ameaças e aproveitar as oportunidades, deverão se reestruturar, revisar os seus custos de produção, aumentar a escala de produção e melhorar o seu perfil tecnológico, aumentando a produtividade, criando a margem de manobra para concorrer em igualdade de condições nesse mercado globalizado de produção industrial.

O planejamento e controle dos custos são instrumentos fundamentais nesse processo de transição que passa as empresas, pois agora, quem fixa os custos são os preços, e não o contrário com funcionava anteriormente.

A partir do ano passado já se nota uma reação econômica que traz novas esperanças de um crescimento consistente. No primeiro semestre de 2004 houve um crescimento industrial em torno de 8% em todas as regiões do país, puxados pela excelente fase das exportações que tem crescido em todos os setores.

A vontade do país crescer é grande. Há uma unanimidade no sentido

de que não podemos nos dar ao luxo de ficar marcando passo por mais 10(dez) anos. A questão toda é de como nos livrarmos das armadilhas armadas durante muito tempo que dificultam esse crescimento.

4 AJUSTES DAS EMPRESAS A UM NOVO CENÁRIO DE PRODUÇÃO EM ESCALA MUNDIAL

4.1 APRENDER A OLHAR ALÉM DO HORIZONTE

As empresas brasileiras estão longe do ideal da globalização, não entendendo ainda claramente o seu papel nesse processo.

É preciso sair do casulo, olhar em volta e ver que o mundo está mudando rapidamente, que a cômoda situação do passado não existe mais, e que hoje é necessário lutar para sobreviver em um mercado cada dia mais concorrido.

As empresas têm que fazer uma auto-análise, reavaliar o comportamento e a missão da entidade, em face ao novo cenário ambiental, modificado pelas novas forças econômicas competidoras do mercado.

A adaptação à nova realidade requer um conhecimento profundo da organização, por isso deve ser feito um diagnóstico da situação atual: estrutura organizacional, recursos humanos disponíveis, mercado atingido, fornecedores, competidores e filosofia empresarial dos sócios, para definir o que ela é hoje e o que deseja ser no futuro, qual posição quer assumir no mercado em que opera.

As empresas precisam descobrir a sua vocação operacional, as suas potencialidades. Concentrar as suas forças nos pontos fortes e evitar os fracos, criando condições internas para mudar a forma de ação e os objetivos a alcançar. Passar a enxergar além do portão da fábrica, onde acontecem os fatos que podem selar o seu destino.

A partir de um maior conhecimento da empresa e de suas carências poderá ser definida a estrutura ideal, de acordo com a meta que se propõe a atingir. A reorganização administrativa e operacional terá uma base de apoio, e não será feita de maneira aleatória e solta. As decisões serão tomados com um propósito definido e planejado.

O bom atendimento ao cliente, a sua satisfação, deve ser o objetivo principal da empresa. A gestão de qualidade total é uma ferramenta indispensável para o fornecimento de bons produtos e serviços, ajudando a criar e consolidar a imagem no mercado.

A expansão de qualquer negócio de local para global somente é possível quando há uma base operacional eficiente na produção e uma boa tradição da marca dos produtos oferecidos, para que a distribuição seja facilitada pela receptividade do público consumidor.

Aprender que a venda e a obrigação da empresa não se encerra com a saída do produto do estoque e a entrega ao comprador. Que serviço de assistência ao cliente não é despesa, mas investimento que atesta a seriedade da empresa e lhe rende bom retorno no futuro, com a confiança e a fidelidade do comprador aos seus produtos.

São mudanças estruturais e culturais que mexem com um passado recente, onde não havia tanta preocupação com a satisfação de clientes exigentes, competidores, qualidade total, estratégia, planejamento.

O novo posicionamento estratégico das empresas, na globalização, é, portanto, condição indispensável para sobrevivência futura da organização em um ambiente dinâmico em que qualidade, preço e bom atendimento fazem o diferencial competitivo do mercado.

4.2 VALORIZAR A FUNÇÃO DE PLANEJAMENTO

As empresas nacionais não têm muita experiência administrativa na área de planejamento. A cultura imediatista praticada na economia valoriza as decisões improvisadas, tomadas à medida que os problemas vão surgindo.

Planejar os objetivos presentes e futuros das empresas é, para a grande maioria, uma atividade cara e dispensável, porque não traz nenhum benefício concreto, visível e imediato. É uma despesa substituível pelas

"infalíveis" decisões dos sócios.

A origem dessa grande resistência ao planejamento, vem do fato das empresas não serem administradas por executivos. Quase todas são de sucessão de herança, administradas pela própria família, que acreditam que como deu certo no passado, continuará a dar no futuro, e também, pela falta de tradição, acham que as suas decisões valem por qualquer planejamento.

Essa crença precisa desaparecer da cabeça dos empreendedores, que não devem esperar que surjam as dificuldades para se organizar administrativamente, porque pode ser tarde demais.

A importância da função de planejamento aumenta em setores econômicos que mudam rapidamente o perfil tecnológico de produção, sendo, portanto, indispensável estar as empresas sempre atentas para as mudanças, através de uma ação estratégica planejada que coloque as empresas sempre na vanguarda das técnicas de produção, dando-lhes uma vantagem competitiva no mercado.

Em tempos de globalização, a concorrência vai aumentar e o preço diminuir, reduzindo a margem de lucro. Nesse ambiente de competição, quem melhor planejar e controlar custos leva vantagem.

Em síntese, as empresas que não adotarem o planejamento como instrumento auxiliar nas decisões, terão dificuldades para sobreviver, porque é quase impossível, hoje, se administrar sem objetivos pré-definidos.

4.3 TREINAR E VALORIZAR OS SEUS RECURSOS HUMANOS

As fontes fundamentais de vantagem competitiva que ajudaram muitas empresas a vencer em um passado recente serão menos úteis no futuro, porque participação de mercado, domínio de patente, controle de fontes de suprimentos, podem ser comprados com facilidade por concorrentes.

O único fator capaz de proporcionar uma vantagem competitiva indefinidamente, que o concorrente não pode comprar, é uma boa equipe de

administração.

Apesar do baixo nível educacional no país, inibindo a organização e o crescimento das empresas, é preciso um esforço muito grande para modificar o contexto de responsabilidade de desenvolvimento humano nas empresas e mudar os conceitos relativos a treinamento, controle, motivação e avaliação dos recursos humanos, passando a considerá-los como de fundamental importância para a sobrevivência e a competitividade no futuro, pois as capacidades globais das organizações dependerão principalmente das pessoas que ele tem.

À medida que o avanço tecnológico cria novas formas de produção sofisticadas, mais as empresas necessitam de mão-de-obra qualificada, para operar novas máquinas semi-automáticas, comandadas por computadores.

O treinamento de pessoal é função indispensável ao setor de recursos humanos, preparando as empresas, para uma nova forma organizacional mais participativa, onde as estruturas burocráticas tradicionais são abolidas, dando lugar a um sistema de decisão compartilhado em equipes de trabalho, tornando a empresa mais flexível e ágil na resposta às mudanças do cenário.

4.4 INCORPORAR TECNOLOGIA DE PONTA NA PRODUÇÃO

O ambiente globalizado em que o Brasil está inserido é muito dinâmico em mudanças tecnológicas. As fábricas atualmente envelhecem rapidamente o seu modo de produção.

A situação da empresa no mercado, a sua competitividade, dependem da evolução e adaptação constante aos processos produtivos de mais baixo custo, visando sempre o aumento da produtividade, e, em consequência a redução do preço dos seus produtos.

O posicionamento estratégico, a rapidez e a flexibilidade nas decisões

para a incorporação de novas técnicas produtivas, é condição indispensável para a sobrevivência das empresas.

A competição mundial por mercados não permite a acomodação, a estagnação tecnológica. É necessário estar sempre alerta, com os olhos voltados para o horizonte das mudanças, procurando antevê-las, e tirar vantagem por ter saído na frente dos concorrentes.

A automatização industrial é irreversível e não há como evitá-la, principalmente nas áreas onde a concorrência é mais acirrada.

Como exemplo de utilização de tecnologia de última geração, com a incorporação ao processo produtivo de robôs, comandados por computadores, temos a Ford, que investiu 88 milhões de dólares na automatização da Fábrica para produzir o Fiesta, aumentando o número de robôs de 6 para 96, passando cada um dos trabalhadores a produzir 26 carros por ano, para uma média anterior de 15 carros.

Foi um salto de 74% na produtividade que representa uma grande vantagem competitiva para a Ford no mercado de carros de passeio.

A tendência mundial é a de melhorar continuamente o processo produtivo das indústrias, e as empresas brasileiras terão que se conscientizar dessa nova realidade e não ficar para trás em relação às tecnologias mais modernas, sob pena de não sobreviverem no futuro.

4.5 PLANEJAR CUSTOS DE PRODUÇÃO

A época é de planejamento e controle dos custos de produção. O novo ambiente econômico é de custos fixos crescentes e custos variáveis declinantes.

As despesas com pessoal, instalações e equipamentos ficam progressivamente mais altos, enquanto despesas com trabalho terceirizado, tornam-se cada dia mais baixos, em razão da competição entre as empresas especializadas nesse serviço.

A necessidade de reduzir custos e aumentar a produtividade, obriga as empresas a concentrar os seus esforços operacionais na sua essência empresarial, naquela atividade fim em que ela é mais competitiva.

Os custos derivados de operações secundárias, que não trazem o benefício, o resultado do núcleo principal explorado pela empresa, devem ser terceirizados.

O mercado disputado por muitos concorrentes é exigente e não perdoa a desorganização administrativa. Ninguém pode trabalhar sem uma base de informações que forneça subsídios para as decisões empresariais. Quem se arrisca a operar confiando na intuição pessoal pode se dar mal nos seus negócios e falir.

O mercado, atualmente, está mais transparente, com o consumidor mais exigente e mais consciente dos preços, e, por isso, o repasse automático de custos para os preços sancionados pelo mercado já passou.

A estabilidade e a globalização econômica inibem essa prática do passado, e exigem das empresas um planejamento e controle maior dos seus custos de produção, porque os concorrentes estão de olho nos preços praticados no mercado, ansioso para conquistar mais espaço para colocar os seus produtos.

Além das operações presentes, os investimentos futuros devem ser, também, bem planejados em seus custos, para que a empresa não fique no meio de um projeto por falta de capital, ou pela inviabilidade do preço final do produto.

4.6 AUMENTAR ESCALA DE PRODUÇÃO

O objetivo principal das empresas, na guerra da competição globalizada, é o de conseguir ganhos de produtividade, através do aumento da produção, e a conseqüente redução dos custos fixos e totais.

Nesse sentido, tem havido um aquecimento das negociações entre

empresas, na forma de aquisição, Joint Venture, contratos, alianças, consórcios, fusão e participação recíproca. Toda essa movimentação de investimentos externos em empresas brasileiras visam aumentar a escala de produção para competir em um mercado que aumentou com a estabilidade econômica, com a incorporação de 10 milhões de pessoas transformados em consumidores. Atraem também o investidor o potencial de crescimento econômico, a abertura econômica, uma indústria desenvolvida, a globalização e o Mercosul.

Os negócios tem ocorrido principalmente nos setores químico e petroquímico, seguidos por metalurgia, informática e telecomunicações, autopeças e material de transporte, alimentos, eletroeletrônica e construção.

Além do interesse externo, as empresas nacionais em dificuldades, criadas pela estabilidade econômica e pela abertura do mercado interno à concorrência internacional, têm tentado se defender dessa nova situação ambiental.

Os setores que mais lucravam com a inflação, perderam o seu maior ganho que compensava problemas estruturais. Com o fim da inflação absurda em nossa economia, começaram a aparecer as falhas administrativas, a má gestão, principalmente no sistema financeiro nacional, acostumado a sobreviver às custas da instabilidade monetária do país.

O governo, tentando evitar um mal maior com a quebra de bancos e o prejuízo dos correntistas, socorreu o setor instituindo um programa de apoio à reestruturação dos bancos, facilitando fusões e incorporações que estancasse o processo e aumentasse a concentração e a escala competitiva da área financeira.

Outra atividade como a de mineração, também quer se defender da concorrência, aumentando a escala de produção, como por exemplo a fusão da Paranapanema, a Caraíba Metais e a Paraibuna, fundidas com a Eluma, gerando a Companhia Brasileira de Metais não Ferrosos (CBMNF).

O setor da indústria de autopeças também deve aumentar a escala de produção para tentar resistir a uma concorrência muito forte, com Suprimento Global de peças para carros mundiais, montados com

componentes fabricados em todo o mundo.

São situações complicadas que sofrem esses setores mais sensíveis a essa nova realidade que vive o país, que dependem de muita competência dos empresários para a sobrevivência de suas empresas.

CONCLUSÃO

O processo de estabilidade e globalização econômica, fatos recentes no país, trouxe uma grande discussão sobre os efeitos que causam na economia.

A alteração radical no ambiente econômico aumentou os riscos operacionais e a incerteza na sobrevivência das empresas, que precisam reagir e mudar suas estruturas administrativas para um novo modelo de gestão. Reorientar a sua estratégia de ação no mercado, que se tornou mais dinâmico e competitivo. Aprender a planejar as suas operações e objetivos empresariais, traçando um rumo, um objetivo que concentre os esforços da empresa para atingir as metas programadas.

O aumento das falências e concordatas de firmas saudáveis e fortes em um passado recente, como por exemplo a Mesbla e as Pernambucanas, só para citar as mais conhecidas, é o sinal de que se tornou muito mais difícil sobreviver em um mercado cada vez mais concorrido, com um consumidor mais consciente dos seus direitos, e com a tecnologia mudando cada dia mais rapidamente.

As empresas leidas, de estrutura tradicional burocrática e pesada, inflexíveis, terão muito mais dificuldades de trabalhar em um ambiente que exige agilidade e criatividade nas decisões.

Acostumados a operar em um ambiente inflacionário e com um mercado protegido por alta barreira tarifária, as empresas se acomodaram e não evoluíram tecnologicamente.

O Plano Real e a abertura comercial deram-lhes um choque de competitividade, criando ameaças e oportunidades de novos negócios com a globalização econômica, cujos efeitos sobre a economia ainda são imprevisíveis no futuro.

Em relação ao Brasil, o Plano Real não agregou muita coisa. A euforia inicial com a baixa da inflação, foi sendo substituída ao longo do tempo por um processo que já se arrasta há dez anos, em que o tão

desejado crescimento econômico não acontece, e, nesse período trocou-se inflação alta por desemprego e uma enorme dívida pública, originada da política de altos juros adotada pelo Banco Central para atrair recursos para financiar essa mesma dívida. É a armadilha em que se meteu o governo, que não sabe até hoje como gerar um crescimento auto-sustentado da economia sem ao mesmo tempo gerar uma alta da inflação. Por isso mantém as taxas de juros em um patamar que inibe o financiamento produtivo e mantém em rédeas curtas o crescimento da economia.

O cenário futuro ainda é incerto, para o Brasil que ainda está tateando, tentando encontrar a política correta, torcendo para que a economia volte a crescer espontaneamente e a gerar os empregos tão necessários ao país e para as empresas brasileiras, diante das condições desfavoráveis que as cercam: mercado interno travado pela estagnação da renda, juros altos, aumento dos tributos, estradas esburacadas, portos ineficientes, enfim um sem número de problemas que causam uma interrogação sobre a necessidade urgente que temos de crescer e agregar ao mercado uma multidão de cerca de dez milhões de desempregados no país.

A estabilidade econômica ainda corre riscos de não se consolidar, enquanto não forem feitas mudanças constitucionais mais profundas, principalmente na área tributária, aumentando a base tributária na base horizontal, trazendo para a formalidade um enorme contingente de pessoas e empresas que operam na marginalidade da economia, que permita ao país pagar a sua dívida e manter equilíbrio das finanças do país e forneça uma base estável para um crescimento econômico auto-sustentado, através da redução do tamanho do Estado, do ônus tributário e dos custos de produção.

Ainda há muito a ser feito para tornar o país e as suas empresas aptas a integrarem o comércio internacional com competitividade.

A decisão que moldará o país que queremos ser no futuro está nas mãos, principalmente do Governo, pois muito do que tem a ser feito na área macroeconômica depende da sua iniciativa. Ainda há muitos empecilhos no caminho que precisam ser removidos, principalmente na área de transportes, energia, educação e saúde.

Mas, mesmo com as dúvidas de alguns setores de que com as condições macroeconômicas atuais o país consiga sair dessa situação de quase estagnação, há esperanças à vista no horizonte. Desde o final do ano passado que a economia dá sinais de crescimento, principalmente com a arrancada das exportações que tem aumentado a um ritmo acelerado.

Registrou-se no ano passado um superávit comercial de 24 bilhões de dólares, e esse ano caminhamos para um superávit de 30 bilhões, que em boa hora veio suprir a diminuição dos investimentos externos que tem declinado ano após ano, havendo uma previsão para esse ano de 2004 de apenas 12 bilhões, quando já foi de 30 bilhões em um passado recente.

A entrada de dólares via aumento das exportações, tem um efeito duplamente benéfico: diminui a nossa dependência externa tornando a economia mais resistente aos fatores externos, e contribui com o crescimento econômico interno e com o aumento do emprego.

Assim como tivemos uma década de preparação do terreno: estabilização da economia, saneamento das contas públicas via superávits orçamentários e Lei de Responsabilidade Social, reformas constitucionais, privatizações, acreditamos em uma década de colheita: Crescimento contínuo da economia e aumento do emprego e da renda.

As ameaças parecem que estão sendo aos pouco superadas e as oportunidades se abrem no horizonte da economia. É aproveitar o ciclo positivo que se iniciou no ano passado e continuar adotando uma política de austeridade nas finanças públicas, aumentando cada dia mais a credibilidade do país no cenário interno e externo, contribuindo para reduzir as taxas de juros externas e internas, investir nas áreas estruturais e esperar a colheita do que foi plantado no passado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SOUZA, Willian. **Metacad**. Versão 1.2. www.metacad.cjb.net.

OHMAE, Kenichi. **O mundo sem Fronteiras**. Tradução Maria Cláudia O Santos; Revisão Técnica: Jacob Ancele Viez - São Paulo: Makren, Macgrouw - Hill, 1991.

SIMONSEN, Mário Henrique. **O Dilema dos Juros**. Revista Exame, N.º 21 - Out/95. São Paulo (SP), pág. 36.

ALMEIDA, Mário. **Saudade da Inflação**. Revista Exame, N.º 21 - Out/95. São Paulo (SP), pág. 36.

ARIDA, Pérsio. **Este Plano Econômico é muito antipático**. Revista Exame, N.º 09 - Abril/94. São Paulo (SP), pág. 29.

SIMONSEN, Mário Henrique. **A saúva e a moeda remunerada**. Revista Exame, N.º 22 - Out/93. São Paulo (SP), pág. 15.

HAMMER, Michael. **Esse infame mundo da administração**. Revista Exame, N.º 21 - Out/93. São Paulo (SP), pág. 134.

KANITZ, Stephen. **Era de Risco**. Revista Exame, N.º 40 - Out/95. São Paulo (SP), pág. 111.

LINHEMAN, Robert, STATION, Fench. **O mercado de massa está morto**. Revista Exame, N.º 15 - Jul/93. São Paulo (SP), pág. 105.

CASTANHEIRA, Joaquim, NETZ, Clayton. **A Reengenharia Contestada**. Revista Exame, N.º 16 - Agosto/95. São Paulo (SP), pág. 112.

SIMONSEN, Mário Henrique. **Monopólio em questão**. Revista Exame, N.º 16 - Agosto/95. São Paulo (SP), pág. 13.

CAMARGO, Gustavo. **O que é mesmo o Custo Brasil**. Revista Exame, N.º 16 - Agosto/95. São Paulo (SP), pág. 20.

CASTANHEIRA, Joaquim. **O que vem por aí**. Revista Exame, N.º 25 - Dez/95. São Paulo (SP), pág. 24.

HAGUENAUER, Lia, KUPTER, David, FERRAZ, João Carlos. **Dez pontos frágeis da Indústria Brasileira**. Gazeta Mercantil, 27 Dez. 1995. São Paulo (SP), pág. A-3, C. 1-6.

SIMONSEN, Mário Henrique. **É hora de começar o desmonte da correção**. Revista Exame, São Paulo (SP), julho 1993, pág. 13.

Revista Exame. Edição Nº 14 - Julho/96. Reportagem de capa, pág. 20
Revista Exame. Edição Nº 14 - Julho/96. Reportagem de capa, pág. 20.

NETO, Antônio Delfim. **Slavo Sirks, Schubert e a globalização**. Gazeta Mercantil. São Paulo (SP), 24 JUN. 1996, Caderno A, pág. 2, C. 1-6.

ABY-AZAR, Cristina. **Resistência à venda da indústria de autopeças**. Gazeta Mercantil, São Paulo (SP), 31 jul. 1996. Caderno Empresas e Negócios, pág. 5, C. 1-6.

CAMARGO, Gustavo. **O que é mesmo o Custo Brasil**. Revista Exame, N.º 589, São Paulo (SP), agosto 1995, pág. 20.

KUGELMA, Eduardo/Solas/Lourdes. **Estabilidade Econômica e o Plano Real**. Rio de Janeiro/FGV/2002/79-109.

Revista Exame. Edição Nº 816 – Maio/2004 . **Taxas altas não são boas**, pág. 56.

Revista Exame. Edição Nº 810 – Jan/2004. **Estratégia para o Brasil**, pág. 82.

Revista Veja. Edição Nº 28 – Nov/2003. **Estabilidade econômica versus taxa de juros**, pág. 62.

Jornal da UNICAMP. Universidade Estadual de Campinas-19/07 a 01/08/2004. Geraldo Biasoto e Wilson Cano – Instituto Economia (IE). **10 anos de Plano Real.**, pág. 3.

MACEDO, Bernardo Gouthier/Josué^a Pellegrini/Luiz Guilherme Piva-2002. **A Política Econômica no Período FHC**. Pesquisado no site do www.pt.org.br.

MANCE, Euclides André. **Globalização, Subjetividade e Totalitarismo**. Elementos para um estudo de caso: O Governo Fernando Henrique Cardoso, Brasil, 1998.

CORAZZA, Gentil. **A inserção do Brasil na Globalização Financeira** - Departamento de Economia da UFRGS-BRASIL, 2003.